

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2022.r3a08>

Recebido em: 21/10/2021

Aceito em: 04/02/2022

**PROFESSOR FORMADOR: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO
DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA PRÉ-ESCOLA**

**TEACHER TRAINER: IMPLICATIONS ON CHILD'S COGNITIVE DEVELOPMENT IN
EARLY CHILDHOOD EDUCATION WITH A FOCUS ON PRESCHOOL**

Juliana Najara da Silva Vitória Azevedo

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8299-3485>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9840238726792159>

Especialista em Alfabetização e Letramento

Escola Municipal de Ensino Fundamental Clívia Marinho Lopes, Brasil

E-mail: juliana_najara@hotmail.com

Antonia Dalva França Carvalho

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9827-061X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2678561806213333>

Doutora em Educação

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: adalvac@uol.com.br

RESUMO

O presente trabalho aborda um estudo sobre o papel do professor formador: implicações no desenvolvimento cognitivo da criança na educação infantil com enfoque na pré-escola, tendo como objetivo geral elencar como o professor formador pode oferecer um espaço alfabetizador em sua sala de aula, através de práticas nas quais a criança sinte-se estimulada a aprender naturalmente, enfatizando a importância da Educação Infantil como base no processo de formação do indivíduo. Destaca ainda que o professor da educação infantil precisa aderir competências para abranger essa realidade educativa, e compreender a importância desta etapa para a vida das crianças. Esse estudo foi desenvolvido através pesquisa bibliográfica de literatura com base em referenciais teóricos como legislação, artigos científicos, livros e revistas eletrônicas. Respaldados nas seguintes fontes: Base Nacional Comum Curricular (2017), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Soares (2002), entre outros. Esta pesquisa veio aprimorar a ideia de que a primeira base da educação engloba um campo amplo e complexo e que a escola infantil enquanto espaço educativo deve estar sempre atualizado, buscando profissionais especializados e capacitados.

Palavras-chave: Professor formador. Educação infantil. Letramento - alfabetização.

ABSTRACT

This paper deals with a study on the role of the teacher teacher: implications on the cognitive development of children in preschool education, focusing on how the teacher teacher can offer a literacy space in his / her classroom through practices in which the child is encouraged to learn naturally, emphasizing the importance of early childhood education as a basis in the process of formation of the individual. It also emphasizes that the preschool teacher needs to adhere skills to encompass this educational reality, and understand the importance of this stage for the lives of children. This study was developed through literature search based on theoretical references such as legislation, scientific articles, books and electronic journals. Supported by the following sources: Base Nacional Comum Curricular (2017), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Soares (2002), among others. This research has enhanced the idea that the first base of education encompasses a wide and complex field and that kindergarten as an educational space should always be updated, seeking specialized and qualified professionals.

Keywords: Teacher trainer. Child education. Literacy - literacy.

1 INTRODUÇÃO

Os paradigmas legais educacionais indicam que a Educação Infantil - primeira etapa da educação básica - deve reverenciar o desenvolvimento integral da criança. Sendo assim, devemos considera-la como base educativa que formará o indivíduo dentro da sociedade, visto que essa etapa desenvolve autonomia, construção de identidade, habilidades, ampliação de saberes e conhecimento de diferentes naturezas. Convém destacar que é na nesta fase que a criança se constrói enquanto cidadã, assim sendo, na Primeira Etapa da Educação Básica as potencialidades das crianças devem ser consideradas durante o processo de ensino-aprendizagem, essas potencialidades devem ser exploradas de forma que ativem os esquemas cognitivos ou comportamentais, num processo dialético e contínuo.

O professor da educação infantil precisa aderir competências para abranger essa realidade educativa, considerando a importância desta etapa para a vida das crianças. No entanto, é muito cultural a desvalorização da educação infantil em vários aspectos, como quando se tem a ideia de que esse é um espaço somente para brincadeiras e nada mais. Diante desta problemática percebe-se o quão complexo é a tarefa de aperfeiçoar as práticas pedagógicas para mudar essa realidade. Nessa perspectiva adotamos o seguinte tema de pesquisa: Professor Formador: Implicações no Desenvolvimento Cognitivo da Criança na Educação Infantil com Enfoque na Pré-Escola.

Frente a essa realidade desenvolvemos um trabalho no qual seu objetivo geral é elencar como o professor formador pode oferecer um espaço alfabetizador em sua sala de aula, através

de práticas nas quais a criança sinte-se estimulada a aprender naturalmente, enfatizando a importância da Educação Infantil como base no processo de formação do indivíduo. De maneira mais específica buscamos compreender o processo ensino aprendizagem da criança da pré-escola sob a ótica do alfabetizar e letrar através da ludicidade; explicitar o papel do professor da Educação Infantil no processo de alfabetização e letramento e fundamentar a educação infantil e fundamentar a educação infantil.

Quanto aos aspectos metodológicos foi uma realizada pesquisa bibliográfica de literatura com base em referenciais teóricos a fim de investigar como acontece a prática pedagógica nesse nível de ensino efetivando o papel atribuído a essa etapa sob a ótica da legislação desse segmento. Tendo amparo na pesquisa bibliográfica em legislação, artigos científicos, livros e revistas eletrônicas. Respaldados nas seguintes fontes Base Nacional Comum Curricular (2017), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Soares (2002), Macedo (2017), Ferreira; Teberosky (1999) entre outros.

Este trabalho está estruturado em três tópicos, o primeiro discorre acerca do processo de ensino e aprendizagem da criança sob a ótica do alfabetizar e letrar através da ludicidade. O segundo tópico destaca o papel do professor da Educação Infantil no processo de alfabetização e letramento e por fim discutiremos sobre a educação infantil como um espaço também de aprendizagem de acordo com legislação brasileira.

2 O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM DA CRIANÇA DA PRÉ-ESCOLA SOB A ÓTICA DO ALFABETIZAR E LETRAR ATRAVÉS DA LUDICIDADE

A primeira Infância se configura como a etapa mais importante do desenvolvimento da criança, é o momento na qual a aprendizagem se integra inicialmente pela ludicidade, através da musicalidade, brinquedos, brincadeiras e outras atividades. Assim sendo, entende-se que na educação infantil, as atividades lúdicas são fundamentais para o processo de aprendizagem e que partindo da brincadeira a criança é capaz de realizar atividades fundamentais para o seu desenvolvimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009), definem as crianças como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Ainda destaca a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, assegurando a formação da criança, marcada pela a interação com novas descobertas para a vida, isso implica a promoção de uma aprendizagem pautada no lúdico de maneira diversificada, por meio de situações concretas e abstratas, a fim de desenvolver o raciocínio, o conhecimento de mundo, habilidades motoras, sensoriais, psicomotoras, cognitivas, entre outras. Para tanto são necessários ambientes apropriados e profissionais qualificados e comprometidos com o que lhes é proposto.

Na escola infantil consideramos desafiador conseguir adaptar uma prática pedagógica que atenda essas necessidades. Visto que é uma etapa que atende um público diversificado, que acompanha desde creche - abrangendo bebês e crianças bem pequenas - até a pré-escola – crianças pequenas.

Para muitos profissionais permanece a ideia de que a Educação Infantil é um espaço voltado para cuidar de bebê e crianças pequenas, de fato, a princípio, a instituição se limitava a cuidar dos pequenos cujos pais precisavam trabalhar. Contudo no contexto atual a escola de Educação Infantil não se limita somente a cuidar, é necessário que cuidar e educar estejam atrelados buscando o mesmo objetivo, ensinar e aprender de forma prazerosa.

De acordo com os Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil o Brincar, o movimento, a linguagem oral, a arte, a identidade e autonomia são essenciais para um uma boa estrutura curricular:

São habilidades que profissionais de Educação Infantil precisam desenvolver, ao lado do estudo das diferentes áreas de conhecimento que incidem sobre essa faixa etária, a fim de subsidiar de modo consistente as decisões sobre as atividades desenvolvidas, o formato de organização do espaço, do tempo, dos materiais e dos agrupamentos de crianças (BRASIL, 2006).

Dessa maneira, além de desenvolver uma função significativa na vida das crianças, conseguem oferecer um mundo de experiências e aprendizagens vinculadas entre o cuidar e educar.

Na pré-escola a rotina escolar das crianças pequenas impulsiona seu desenvolvimento integral e propicia aprendizagens que farão uma grande diferença nos primeiros anos do ensino fundamental. Os Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil 2006, destaca que além dos cuidados naturais a essa etapa, o professor deve ocasionar experiências lúdicas e variadas que a estimulem, fisicamente, psicologicamente e cognitivamente.

O pensamento da criança pré-escolar (entre os quatro e os seis anos) é principalmente substitutivo e imitativo. Substitutivo porque ela descobre que objetos, pessoas e ações podem ser trocados ou evocados por outros. Imitativo porque ela entra no universo da ficção: imagina e faz correspondências [...] Cabe ao professor, portanto, possibilitar que ela entenda essa simetria e, ainda intuitivamente o valor adulto (MACEDO, 2017).

É de extrema importância que o professor planeje atividades que permita uma aprendizagem significativa, as quais possam identificar os limites do conhecimento das crianças. Faz-se necessário promover atividades que facilitam a busca de novas aprendizagens de várias maneiras, coleta de dados, experiências, leitura de imagens e objetos, música, arte, brincadeiras direcionadas, leitura de mundo, de livros e revistas - mesmo não sendo de maneira convencional -, entre outros recursos didáticos.

Para que as turmas da pré-escola desenvolvam bem é preciso conhecer bem as características dessa faixa etária, essa é uma etapa de um aumento de informações, portanto é primordial oferecer-lhes ambientes ricos em possibilidades que englobem todos os requisitos exigidos nessa fase. No que diz respeito ao desenvolvimento aos conteúdos, os RCNEIs 1998, v. 3. indicam que as experiências sucedam especialmente na relação com o mundo a nossa volta.

Cabe dizer que todo esse processo, deve estar vinculado a brincadeiras sistematizadas, de modo que a aquisição de conhecimento não se torne uma obrigação e sim um ato de prazer, que contribua progressivamente na construção do conhecimento, bem como, da cidadania.

É importante lembrar, que a pré-escola não é um espaço conteudista no qual as crianças saem preparadas para o ensino fundamental. Entre essas duas etapas acontece uma espécie de transição, o que exige bastante atenção para que haja equilíbrio entre as mudanças inseridas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças (BNCC, 2017). Nessa direção, é indispensável que lhes seja oferecido um ambiente afetivo pautado em práticas pedagógicas que evitem a fragmentação, de modo que a nova etapa tenha como base o que os educandos sabem e são capazes de fazer.

A má interpretação do termo pré-escola implica em práticas que exigem das crianças aquilo que não é apto a elas, não na primeira etapa da educação básica. O fato é que há casos em que o aluno não obteve um bom rendimento escolar, por ter sido trabalhado de forma errônea na Educação Infantil, isso acontece por não considerar o currículo nas diferentes faixas etárias.

Com efeito, o que acontece, é que mesmo diante de tanta mudança no que diz respeito aos currículos da Educação Infantil brasileira, alguns professores insistem em uma prática conteudista. Perceba como deve ser a definição de currículo de acordo com a Lei:

A definição de currículo defendida nas Diretrizes põe o foco na ação mediadora da instituição de Educação infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças. Tal definição inaugura então um importante período na área, que pode de modo inovador avaliar e aperfeiçoar as práticas vividas pelas crianças nas unidades de Educação Infantil (OLIVEIRA, 2010).

Fica entendido dessa forma, que o processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil é concebido através da relação professor e aluno. Compreendendo assim, não apenas momentos ou situações formais de ensino, mas, situações de aprendizagem para além do momento da atividade dirigida.

As diretrizes que regem a Educação Infantil deixam explícito que os professores desta etapa da Educação Básica devem valorizar os movimentos, os gestos e a expressividade, é através do movimento que acontece as relações intrapessoais e interpessoais. Lima (2002, p. 80) afirma que:

O movimento está presente na relação como os objetos: dirigir-se ou distanciar-se deles, alcançá-los, manipula-los, transformá-los. Ele está presente nas relações com as outras crianças, nas brincadeiras e nos conflitos, nas relações com os adultos, conhecidos e estranhos.

Portanto é fundamental que as crianças da Educação Infantil estejam frequentemente relacionadas com tais métodos. Cabe ressaltar que nesse caso o processo de alfabetização e letramento irá acontecer naturalmente de forma prazerosa. Ferreira (2004) destaca que o brincar é uma ação social não separada do mundo real, embora envolva situações imaginárias. Sendo assim Professores voltados à educação infantil devem aguçar a escuta, a fala e a leitura dos alunos de modo integral, pois são instrumentos essenciais para dar sentido ao mundo ao seu redor.

Soares (2009), Ferreiro e Teberosky (1999) destacam em suas pesquisas que crianças na faixa etária entre 4 a 6 anos quando estimuladas e incentivadas, evoluem rapidamente para o nível alfabético, lembrando que esse processo ocorrerá atrelado a uma prática lúdica pautada na interação com o meio e mediante a ação do professor.

3 O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

É possível conciliar a Educação Infantil com o processo de alfabetização e letramento? Pode alfabetizar? É possível letrar ainda na educação infantil? Essas são algumas indagações que permeiam o campo educacional a algum tempo. Nas últimas décadas vivemos grandes avanços no que diz respeito a sistematização da educação de crianças pequenas. Os novos paradigmas da Educação Infantil constituem um campo amplo e uma infinidade de desafios a serem compreendidos acerca da concepção da prática educativa, bem como, o papel dos profissionais dessa etapa. Para Scarpa (2006):

Em razão desses diferentes pressupostos, alguns educadores receiam a antecipação de práticas pedagógicas tradicionais do Ensino Fundamental antes dos 6 anos (exercícios de prontidão, cópia e memorização) e a perda do lúdico. Como se a escrita entrasse por uma porta e as atividades com outras linguagens (música, brincadeira, desenho etc.) saíssem por outra. Por outro lado, há quem valorize a presença da cultura escrita na Educação Infantil por entender que para o processo de alfabetização é importante a criança ter familiaridade com o mundo dos textos.

Vale salientar que muitos profissionais ainda estão incorporando as novas práticas e as abordagens lúdicas, para tanto precisa compreender uma prática na qual o cuidar, educar e brincar sejam trabalhados com a intencionalidade de alcançar o desenvolvimento integral da criança, assumindo uma visão plural, singular e integral da criança, considerando-os como sujeitos de aprendizagem. Entender que o processo de alfabetização na Educação Infantil acontece de forma natural também é muito importante, uma vez que as crianças a todo momento estão captando informações sobre leitura e escrita quando passeiam, brincam, cantam, se comunicam, observam revistas e livros, placas, entre outras coisas.

[...] é bem difícil imaginar que uma criança de 4 ou 5 anos, que cresce num ambiente urbano no qual vai reencontrar, necessariamente, textos escritos em qualquer lugar (em seus brinquedos, nos cartazes publicitários ou nas placas informativas, na sua roupa, na TV, etc.) não faça nenhuma ideia a respeito da natureza desse objeto cultural até ter 6 anos e uma professora à sua frente (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 29).

As autoras afirmam que essa atividade constrói o processo de alfabetização e letramento diariamente. O papel do professor na primeira etapa da educação básica é fundamental, é preciso que ele tenha uma competência polivalente, um olhar holístico sobre a criança abrangendo desde os cuidados básicos até as aprendizagens específicas das diversas áreas do conhecimento, visando, desta forma, promover uma educação voltada a seu acolhimento, de modo que a formação inicial seja pautada na integração e construção social do indivíduo indissociado da alfabetização e letramento.

Considerando o professor como mediador da formação do aluno e a escola como um espaço de intervenção pedagógica, nota-se a necessidade de entremear esses segmentos, objetivando adequar o conhecimento difundido no contexto escolar às práticas sociais (OLIVEIRA, 2016).

Soares (2002), destaca:

Uma criança pode não saber ler, mas se ela interessa em ouvir uma leitura de jornais feita por outra pessoa que já sabe ler, se recebe cartas que outros lêem para ela, se dita cartas para que outra pessoa escreva ou se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar fazem parte do processo de alfabetização e letramento para a criança desde pequena e podendo ser antes de frequentarem a escola (SOARES, 2002).

Então, é interessante refletir sobre a importância do professor formador na educação infantil, visto que as crianças vêm construindo seu conhecimento desde a mais tenra idade, antes mesmo de frequentar o ambiente escolar. Cabe ao educador instituir metodologias que envolvam práticas educacionais que emponderem as manifestações infantis através dos movimentos, socialização, raciocínio, linguagens diversas, conhecimento de mundo, entre outras.

O professor intermedia à relação ativa do aluno com a matéria, com os conteúdos próprios de sua disciplina, considerando o conhecimento, a experiência e o significado que o aluno traz à sala de aula, seu cognitivo, sua capacidade e interesse, seu procedimento de pensar,

seu modo de trabalhar, afirma Libâneo (1998), abraçando os conhecimentos prévios da criança com intuito de potencializar o conhecimento.

As atividades desenvolvidas necessitam ter intencionalidades e estratégias baseadas na equidade legal, considerando que é essencial respeitar a singularidade e as especificidades das crianças a fim de elevar os padrões de qualidade desse âmbito escolar. Nessa perspectiva o professor precisará se reinventar, pensar fora da caixa, adotar ferramentas de trabalho que possibilite a construção de aprendizagens significativas e prazerosas.

É importante lembrar que a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, deve ser considerada como a base/pilar que sustenta as outras etapas escolares. Sendo assim, faz-se necessário um olhar especial para as vivências dessa fase, visto que ela é crucial para uma aprendizagem efetiva.

Para isso, é fundamental que o profissional tenha clareza e consciência quanto às intenções educativas que norteiam seu trabalho e elabore propostas claras sobre o que, quando e como ensinar, a fim de possibilitar atividades de ensino e aprendizagem de maneira adequada e coerente com seus objetivos, enriquecendo e promovendo o desenvolvimento das crianças (HERMIDA, 2007).

Portanto, é essencial que os profissionais que atendem essa faixa etária conheçam o processo de desenvolvimento das crianças pequenas, para então propiciar atividades que favoreçam a construção de conhecimento, desempenhando melhores resultados na pretensão de uma vida escolar de sucesso.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO UM ESPAÇO TAMBÉM DE APRENDIZAGEM DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Durante muito tempo a educação das crianças pequenas no Brasil foi remetida a família, ou melhor, era papel da mãe/mulher educar as crianças. Na medida que o setor industrial foi ganhando espaço na sociedade e com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho consequentemente surge a necessidade de tornar coletivo o cuidado e educação das crianças.

Em 1988 entra em vigor a Constituição Federal, considerada um marco para Educação Infantil, visto que até o referido ano crianças com menos de 7 anos no Brasil não tinham direito

a educação. A presente lei efetivou a inclusão de atendimento em creche e pré-escola à crianças de zero a seis anos de idade em seu artigo 208, inciso IV.

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela EC n. 53/2006) (BRASIL, 1988).

A Constituição evidencia normas pertinentes a educação, deixando explícito no artigo 209 que o ensino seja livre às iniciativas privadas seguindo as normas gerais da educação nacional, bem como, autorização e avaliação de qualidade do poder público. Ainda destaca no artigo 211, § 2º que os municípios devem atuar prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil – redação dada pela emenda constitucional nº 14 de 1996. Partindo desse pressuposto as creches e pré-escolas passam a ser responsabilidade das políticas educacionais, unificando o cuidar e o educar em instituições escolares.

Cabe salientar que de acordo com a Constituição Federal de 1988 o ensino deve ser mediado com base na ação pedagógica e na pluralidade de ideias garantindo a qualidade da educação.

O Estatuto da criança e Adolescente (ECA), lei 8.069 promulgada no dia 13 de julho de 1990, é um documento que agrega normas que garantem a proteção integral das crianças de 0 a 12 anos incompletos e dos adolescentes de 12 a 18 anos, em seu artigo 54 inciso IV assegurava o atendimento em creches e pré-escolas à crianças de 0 a 6 anos. O ECA sofreu alteração dada pela lei 13.306/2016 que atualizou o referido inciso indicando que a Educação Infantil vai de 0 a 5 anos de idade.

Com o surgimento das referidas leis, o conceito sobre a educação infantil e o que a mesma deveria englobar foi sendo transformado, a criança passa a ser enxergada como parte da sociedade e cidadã de direito (NASCIMENTO; GURGEL; ALMEIDA, 2017). Tendo em vista os avanços que as políticas educacionais vinham traçando, o Ministério da Educação (MEC) entre os anos de 1994 a 1996, instaurou a política nacional de Educação Infantil, publicando uma sequência de documentos que designava aos profissionais da área uma prática pedagógica respaldada em objetivos e metodologias para esse nível de ensino, viabilizando fundamentos para atuação docente nesse segmento.

No capítulo II, seção II da Educação Infantil primeira etapa da educação básica da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os artigos 29 e 30 asseguram que serão oferecidas creches às

crianças com a idade até 3 anos e pré-escolas às crianças de 4 a 6 anos de idade. Tendo como objetivo o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social de modo integral, complementando a família e a comunidade no processo de desenvolvimento do aluno.

O artigo 31 da referida lei em função da redação dada pela lei nº 12.796 de 2013, enfatiza que a avaliação deve ser diária e continua considerando o desenvolvimento do aluno, assegura 200 dias letivos de aula, atendimento educacional de 4 horas diárias para turno parcial e 7 horas para jornada integral, entre outros. Contemplando assim, a educação infantil como um espaço educacional, não apenas um ambiente para lazer e cuidados.

Outro documento legal que respalda esse nível de ensino é o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil 1998 (RCNEI), caracterizado por um conjunto de referências que orientam os profissionais da área respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. Enfatiza ações educativas de qualidade que possibilite a prática da cidadania, considerando a singularidade de cada criança.

O RECNEI aponta a criança como sujeito social e histórico que traz consigo sua cultura, e, destaca a importância de uma prática educacional integrada no processo de construção do conhecimento, vinculando o Educar ao Cuidar, Brincar e Aprender, partindo da interação entre o meio e as pessoas em que vivem.

Duarte 2012, ressalta que o atendimento a Educação Infantil atualmente foi modificado para atender crianças na faixa etária de zero a cinco anos de idade, a partir do sancionamento da Lei Federal nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que regulamenta a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos no Brasil.

A resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009 vem fixar as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Ela compreende princípios, fundamentos e procedimentos desse nível de ensino, deixando nítidas orientações e propostas pedagógicas que consolidam a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, de modo que não aconteça uma escolarização precoce e conteudista. As Propostas Pedagógicas expostas nas DCNEIs devem respeitar os princípios Éticos, Políticos e Estéticos. Enfatiza também novas concepções de currículo de modo que o desenvolvimento da criança seja promovido de forma integral.

As creches e pré-escolas devem promover a igualdade e cumprir a sua função sociopolítica e pedagógica assumindo a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de

ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuem como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância, considerando novas formas de sociabilidade e de subjetividades. (NASCIMENTO; GURGEL; ALMEIDA, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) engloba os níveis da Educação Infantil e Ensino fundamental, reflete a diversidade do panorama educacional no Brasil e os desafios enfrentados para que a Educação de qualidade seja um direito de todos. A inclusão da Educação Infantil na BNCC, é mais um importante dado no processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica.

A Base define quais são os direitos que os alunos têm que adquirir na educação básica em comunhão de princípios e valores que orientam a LDB e a DCN. Além disso, BNCC e currículos têm papéis complementares para garantir as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, que visam a formação humana em suas múltiplas dimensões (BRASIL, 2017).

No que se refere a educação infantil a Base pressupõe que essa etapa é o início e o fundamento do processo educacional. Partindo do requisito eixos estruturantes – Interações e Brincadeiras – das DCNEIs, a BNCC defini 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Garantindo dessa forma que as crianças possam construir aprendizagens significativas, inseridas em um contexto social que possibilite a ação sobre o meio.

Estabelece ainda cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Os campos de experiências tecem os conhecimentos entremendo a vida cotidiana, a singularidade das crianças e a diversidade do ambiente em que está inserida.

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2017).

Arroyo (1994), afirma que é imprescindível que a Educação Infantil crie condições materiais, sociais, culturais, pedagógicas, espaciais, alimentares e humanas para que o a criança viva como sujeito de direito, permitindo que ela seja enxergada como um ser holístico. Nessa perspectiva a Primeira Etapa da Educação Básica, baseada na legislação que à rege, deixa explícito que ela deve ser pautada nas interações e brincadeiras, com objetivos voltados para formação do indivíduo na construção de uma sociedade justa e democrática e não em aulas conteudistas recheadas de pré-requisitos para acesso ao ensino fundamental.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil durante muito tempo foi vista como um espaço voltado para cuidados assistenciais, não levando em consideração a criança em sua totalidade e sua capacidade de aprender com o meio. Hoje, através dos novos paradigmas que regem esse campo de ensino o educar tornou-se tão importante quanto o cuidar.

O que percebemos é que mesmo diante de tantas transformações, a Educação Infantil, culturalmente, segue um pouco desvalorizada. A ideia que se tem é que a criança da creche vai à escola apenas para brincar e ser cuidado e a criança da pré-escola deve ingressar no ensino fundamental I dominando leitura e escrita, números e outros conteúdos. Isto se dá talvez pelo fato de que a conscientização acerca da importância dessa área de ensino e dos professores que nela atuam está muito inferior a realidade.

É relevante que as crianças desde a mais tenra idade aprendam sobre o respeito, relações pessoais e interpessoais, confiança, desenvolvam autonomia, afetividade, a capacidade de atender regras, bem como, capacidades cognitivas.

Em vista disto, este estudo procurou enfatizar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento infantil, especificamente de crianças de 4 a 5 anos de idade considerando os aspectos psicossociais, emocionais, culturais, psicomotores, entre outros. Buscamos elencar o processo de ensino e aprendizagem baseado nos documentos que versam sobre o tema, conceitos e características, o papel do professor, o processo de alfabetização e letramento na educação infantil e a educação infantil também como um espaço de aprendizagem.

Esta abordagem foi elementar para aprofundar o conhecimento sobre o crescimento da educação infantil brasileira junto a sociedade, comprovando sua relevância frente ao processo

de formação do ser humano enquanto cidadão. Além do mais compreendemos a função do professor frente ao desafio de oferecer um ensino de qualidade, que abranja o desenvolvimento da criança promovendo ensino infantil de base tanto para formação do indivíduo, como para as etapas subsequentes.

Os resultados apontam o professor como mediador dos saberes, aquele que propicia às crianças o conhecimento global, desenvolve competências e habilidades capazes de aprender coisas novas a partir de atividades lúdicas, em contanto com a experimentação, exploração de ambientes, tornando a aprendizagem significativa e prazerosa. É importante também que as instituições tenham como base fundamentos legais, criados pelo MEC que objetivam uma educação de qualidade que seja unificada e sem distinção.

Esta pesquisa veio aprimorar a ideia de que a primeira base da educação engloba um campo amplo e complexo e que a escola infantil enquanto espaço educativo deve estar sempre atualizado, buscando profissionais especializados e capacitados, na certeza de que irá obter o sucesso da aprendizagem, contribuindo efetivamente no processo de formação do indivíduo ao considerar a criança como sujeito histórico e cultural em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. O significado da infância. *In: Anais do I Simpósio Nacional de Educação Infantil*. Brasília : MEC, p. 88-92, 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002748.pdf>. Acesso em: 04 de jan. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm acesso em 04 de jan. 2020.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 04 de jan. 2020.

_____. Congresso Nacional. **Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente - ECA**. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é base. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em 02 de jan. 2020.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em 02 de jan. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Volume 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2020.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 3. p. 39 – 40

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

DUARTE, L. F. Desafios e legislações na educação infantil. *In: Anais do IX anped sul – seminário de pesquisa em educação da região sul*. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3121/342>. Acesso em:04 de jan. 2020.

FERREIRA, M. Do “avesso” do brincar ou as relações entre pares. *In.: CERISARA, A. B. Crianças e miúdos: perspectivas sócio pedagógicas da infância e educação*. Porto, Portugal: Asa Editores, 2004.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, S. E. **Conhecendo a Criança Pequena**. São Paulo: Inter Alia Comunicação e Cultura, 2002.

MACEDO, L. de. Planejamento na pré-escola. *In: O dia a dia da Educação Infantil*. Nova Escola. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

NASCIMENTO, L. F. do; GURGEL, T. F.; ALMEIDA, L. T. de. A educação infantil no contexto da legislação brasileira: reflexões históricas e repercussões atuais. *In: Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas. XIII Congresso Nacional de Educação: Curitiba/PR, Brasil, 2017*. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26812_13988.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2020.

OLIVEIRA, V. B. de; SOLÉ, M. B. I; FORTUNA, T. R. **Brincar com o outro: caminho de saúde e bem-estar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, W. M. de. **Uma Abordagem Sobre O Papel Do Professor No Processo Ensino/Aprendizagem**. 2016. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_28_1391209402.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2020.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?. *In: Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais*. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/file>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

SCARPA, R. Alfabetizar na Educação Infantil pode?. **Revista Nova Escola**. ed. 189, fev. 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36525/000818231.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 de jan. 2020.

SOARES, M. B. **Letramento: um tema em três Gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOARES, M. B. Oralidade, Alfabetização e Letramento. **Revista Pátio Educação Infantil**, Ano VII, n. 20, jul/out, 2009.